

Setembro | 2024

Relatório Técnico

Relatório de Atendimento de Condicionantes da ABIO N° 1396/2022 – PMAVE

Campos de Congoá e Peroá, Bacia do Espírito Santo

Processo: 02001.003816/97-16

Revisão 00

BRAVA



Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais

Endereço Av. do Trabalhador, 1799 – Bairro Gloria - CEP 11.721-295 | Praia Grande – SP

Telefone emergências 13 3302 6025 | 97421 9300

E-mail projetos@aiuka.com.br

**RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES DA ABIO
Nº 1396/2022****Empreendimento:** Atividades do Sistema de Produção e Escoamento de Gás dos Campos de Cangoá e Peroá, Bacia do Espírito Santo.**Processo número:** 02001.003816/97-16.**Período de atividades: Início:** 26/08/2022**Término:** não aplicável

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
1. CONDIÇÕES GERAIS			
1.1. Esta autorização não permite:			
a) Captura/coleta/transporte/soltura de material biológico sem a presença de um dos técnicos listados na relação da equipe técnica (RET);	A equipe envolvida nas atividades de transporte terrestre e atendimento veterinário dos espécimes, encontra-se listada na RET Nº 1/2022. Com base na comunicação eletrônica realizada com a CGMAC (antiga CGPEG) em 18/08/2017, esta Coordenação indicou que não há necessidade de inclusão do Técnico Embarcado Responsável (TER) na RET.	Comunicação eletrônica realizada com a CGMAC em 18/08/2017 (Anexo 1).	Não aplicável
b) Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em unidades de conservação federais, estaduais, distritais ou municipais, salvo quando acompanhadas da anuência do órgão administrador competente;	Não houve captura/ coleta/ transporte/ soltura de espécimes em unidades de conservação.	Não aplicável	Não aplicável
c) Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em área particular sem o consentimento do proprietário;	Não houve captura/ coleta/ transporte de espécimes em área particular	Não aplicável	Não aplicável
d) Exportação de material biológico;	Não houve exportação de material biológico.	Não aplicável	Não aplicável
e) Acesso ao patrimônio genético, nos termos da regulamentação	Não houve acesso ao patrimônio genético.	Não aplicável	Não aplicável

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
constante na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015;			
f) Captura/coleta no interior de cavidades naturais, salvo se previsto nesta autorização.	Não houve captura/coleta no interior de cavidades naturais.	Não aplicável	Não aplicável
1.2. Esta autorização é válida somente sem emendas e/ou rasuras.	Durante a implementação do PMAVE, a ABIO 1396/2022 se manteve sem emendas e/ou rasuras.	Não aplicável	Não aplicável
1.3. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização.	Durante a implementação do PMAVE o IBAMA não modificou condicionantes ou suspendeu/cancelou esta autorização.	Não aplicável	Não aplicável
1.4. A ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, bem como omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da autorização sujeita os responsáveis, incluindo a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente.	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável	Não aplicável
1.5. O pedido de renovação deverá ser protocolado no mínimo 60 (sessenta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.	O vencimento da referida ABIO é dia 26 de novembro de 2024. A solicitação de renovação será protocolada até 26 de setembro de 2024, em cumprimento ao período previsto na condicionante.	Não aplicável	Não aplicável
1.6. O início das atividades e/ou de cada campanha deverá ser informado previamente à Dilic, de modo a possibilitar o acompanhamento destas por técnicos do Ibama.	Os procedimentos relativos ao PMAVE são realizados de forma ininterrupta durante toda a atividade da Produção e Escoamento de Gás dos Campos de Congoá e Peroá e o relatório de atendimento ao projeto foi encaminhado ao IBAMA, por meio da carta 3R-	Carta 3R-SMS-2024-247, SEI 19696581 protocolada em 25/06/2024.	Não aplicável.

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
	SMS-2024-247 (SEI 19696581) em 25 de junho de 2024.		
1.7. A equipe técnica deve portar esta autorização (incluindo a Relação da Equipe Técnica) em todos os procedimentos de captura/coleta/transporte/soltura.	Durante o período de vigência da ABIO nº1396/2022, não houve captura/ coleta/ transporte/ soltura de espécimes.	Não aplicável	Não aplicável
1.8. Quaisquer alterações necessárias nesta Autorização e/ou referentes ao Plano de Trabalho (equipes, pontos amostrais, metodologias, etc) devem ser solicitadas e aprovadas previamente pelo Ibama.	Durante o período de vigência da ABIO 1396/2022 não foram solicitadas alterações.	Não aplicável	Não aplicável
1.9. Espécime de fauna silvestre exótica não poderá, sob hipótese alguma, ser destinado para retorno imediato à natureza ou à soltura.	Durante o período compreendido no presente relatório, não foram registradas ocorrências de espécimes da fauna silvestre exótica nos Campos de Peroá e Congoá.	Não aplicável	Não aplicável
1.10. Deverão ser apresentadas as cartas de recebimento das instituições depositárias contendo a lista das espécies e a quantidade dos animais recebidos. Tão logo seja feito o tombamento destes espécimes, o número de tombo deverá ser informado.	Durante o período de vigência da ABIO Nº 1396/2022 não ocorreu coleta de material biológico que pudesse ser destinado para instituições depositárias.	Não aplicável	Não aplicável
1.11. Todos os envolvidos nas atividades devem manter o Cadastro Técnico Federal – CTF regular durante o tempo de vigência desta Autorização.	Todos os envolvidos nas atividades estão com seu CTF regular. No Anexo 3 são apresentados os CTFs do empreendedor e do responsável técnico da consultoria conforme instruções presentes na IN 08/2017.	CTFs do empreendedor e do responsável técnico da consultoria (Anexo 2).	Não aplicável
1.12. O Ibama deverá ser comunicado do término da atividade, com a apresentação, no prazo máximo de	O IBAMA será informado sobre o término das atividades e o relatório será	Não aplicável	Não aplicável

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
30 (trinta) dias após a conclusão das atividades, do Relatório de Atendimento de Condicionantes, seguindo modelo estabelecido em normativa vigente.	entregue no prazo estipulado.		
1.13. Todos os produtos gerados com os dados oriundos das atividades aqui descritas – artigos, teses e dissertações, dentre outras formas de divulgação – deverão contextualizar sua origem como exigência do processo de licenciamento ambiental federal ao qual se referem.	Não houve produtos gerados com os dados oriundos do PMAVE dos Campos de Peroá e Congoá.	Não aplicável.	Não aplicável.
2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS			
2.1 As atividades deverão ser executadas pelas Consultorias cujos dados constam descritas nesta condicionante.	As atividades foram executadas pela Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais Ltda, conforme apresentado na solicitação da ABIO, no âmbito do processo de licenciamento ambiental dos Campos de Peroá e Congoá.	Declaração de vigência do contrato (Anexo 3)	Não aplicável
2.2 A captura/coleta/soltura de material biológico deverá ocorrer nos pontos amostrais relacionados na tabela abaixo, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Ibama.	Não houve captura/coleta/soltura de material biológico.	Não aplicável.	O relatório com os resultados foi submetido no âmbito deste processo de licenciamento.
2.3 As atividades permitidas por esta autorização estão listadas nesta condicionante.	Somente foram realizadas as atividades permitidas por esta ABIO.	Não aplicável	Não aplicável
2.4 Os espécimes eventualmente coletados deverão ser depositados nas Instituições listadas nesta condicionante, para as quais fica permitido o Transporte de Material Biológico.	Não houve captura/coleta de espécimes durante o período de vigência desta ABIO.	Não aplicável	O relatório com os resultados foi submetido no âmbito deste processo de licenciamento.

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
2.5. Deverão ser utilizadas as metodologias apresentadas no Projeto aprovado no Parecer Técnico Referente a Análise de Requerimento de Licença de Operação sem Solicitação de Complementações Nº 12607570/2022 - COPROD/CGMAC/DILIC.	As metodologias utilizadas foram aquelas aprovadas no parecer técnico citado nesta condicionante, implementadas no PMAVE aprovado pelo IBAMA.	Não aplicável	Não aplicável
2.6. Os espécimes eventualmente coletados mortos ou que venham a óbito após o resgate deverão ser depositados em uma das Instituições indicadas na condicionante 2.4.	Durante o período de vigência da ABIO Nº 1396/2022 não houve coleta de carcaças.	Não aplicável	Não aplicável
2.7. Atividades de afugentamento que envolvam o uso de recursos visuais ou sonoros deverão ser realizadas somente pela Equipe Técnica responsável pela execução do Projeto, mediante autorização do Ibama baseada em Projeto sucinto, a ser encaminhado pela empresa.	Durante o período de vigência da referida ABIO houve a execução do afugentamento de aves no helideck da unidade marítima 3R-01, através da utilização de dispositivo laser. Esta atividade foi supervisionada e acompanhada pela Equipe Técnica da Aiuká, responsável pela execução do PMAVE. O Projeto de afugentamento foi aprovado pelo IBAMA através Parecer Técnico nº 452/2022- Coprod/CGMac/Dilic (SEI 13838506), em 07 de outubro de 2022.	Parecer Técnico nº 452/2022- Coprod/CGMac/Dilic, SEI 13838506 (Anexo 4).	O relatório com os resultados foi submetido no âmbito deste processo de licenciamento.
2.8. Indivíduos resgatados com vida deverão ser atendidos ainda na unidade marítima e acondicionados conforme o Projeto aprovado, sob orientação da Equipe Técnica.	Durante o período em questão, não foi resgatado nenhum indivíduo.	Não aplicável.	Não aplicável.
2.9. O tempo de transporte de animais vivos do ponto de coleta até o desembarque não deverá ultrapassar 72 horas, garantindo-se durante todo o período	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável	Não aplicável

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
acomodações e dieta adequadas, de acordo com a orientação do Médico Veterinário responsável pelo Projeto.			
2.10. O tempo de transporte de carcaças de espécies de aves marinhas ameaçadas de extinção, com aparente vestígio de óleo ou aves anilhadas não deverá ultrapassar 72 horas. Durante todo o período as carcaças deverão ser mantidas sob refrigeração para preservação do material biológico.	Não houve coleta ou transporte de carcaças de espécies de aves marinhas ameaçadas de extinção, com aparente vestígio de óleo ou aves anilhadas durante o período de vigência da referida ABIO.	Não aplicável	Não aplicável
2.11. Após a necrópsia e definição de causa mortis, o material biológico que não for de interesse da Instituição referida no item 2.4 deverá ser descartado conforme as normas sanitárias específicas vigentes.	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável	Não aplicável
2.12. Procedimentos de eutanásia, quando necessários, devem ser indicados e realizados por Médico Veterinário, em conformidade com os métodos recomendados e demais exigências do Conselho Federal de Medicina Veterinária.	Não houve eutanásia de nenhum animal durante o período de vigência da referida ABIO.	Não aplicável	Não aplicável
2.13. A prioridade de destinação dos animais resgatados deve ser a soltura. Animais reabilitados, porém, não aptos a serem soltos, deverão ser destinados conforme orientação do órgão ambiental competente no estado de origem do animal, após emissão de laudo veterinário justificando a impossibilidade de soltura do exemplar e obtenção de aceite da Instituição destinatária. Toda documentação deverá ser encaminhada ao Ibama, que dará ciência e apresentará manifestação, quando pertinente.	Durante o período compreendido neste relatório não houve soltura e/ou encaminhamento de animais a instituições mantenedoras.	Não aplicável	Não aplicável

Condicionante (referência numérica e texto)	Resumo da situação relativa ao atendimento da condicionante	Referência de onde a informação detalhada está descrita e comprovada (página, anexo etc.)	Observações pertinentes
2.14. Os animais silvestres reabilitados e destinados a soltura deverão ser identificados com anilhas fornecidas pelo CEMAVE/ICMBio.	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável.	Não aplicável.
2.15. Os espécimes coletados ou capturados sob esta Autorização não poderão ser comercializados.	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável.	Não aplicável.
2.16. Esta Autorização é válida somente para o atendimento dos objetivos e desenvolvimento das atividades previstas no Projeto aprovado no âmbito do Processo Ibama indicado neste documento, sendo vedado seu uso para outras atividades.	A referida autorização foi utilizada somente para a captura/coleta/transporte/ soltura das aves oriundas do PMAVE implementado para as atividades do Sistema de Produção e Escoamento de Gás dos Campos de Congoá e Peroá, Bacia do Espírito Santo.	Não aplicável.	Não aplicável.
2.17. Os relatórios de atividades deverão ser encaminhados de acordo com a Instrução Normativa IBAMA n° 8 de 14 de julho de 2017 e com o OFÍCIO-CIRCULAR N° 1/2022/CGMAC/DILIC (SEI 13122472), contendo a análise e a apresentação dos resultados de acordo com o Projeto aprovado.	Brava Energia e Aiuká cientes.	Não aplicável.	Não aplicável.

ANEXO 1

Comunicação eletrônica realizada com a CGMAC – Item 1.1

De: Leandro Perrier de Faria Valentim [<mailto:leandro.valentim@ibama.gov.br>]

Enviada em: sexta-feira, 18 de agosto de 2017 16:17

Para: camila.mayumi@aiuka.com.br

Cc: FAUNA.CGPEG - RJ <fauna.cgpeg.rj@ibama.gov.br>

Assunto: RE: Dúvidas solicitação ABIO

Prezada Camila,

Como a IN ainda é recente e fruto de um processo longo que envolveu diversos Analistas Ambientais de diversas coordenações da Diretoria de Licenciamento, da qual estamos fisicamente distantes aqui no Rio, também estamos nos adaptando às novas normas. Por isso apresentarei respostas breves, sobre o que, por enquanto, é consenso no grupo que analisa os Projetos que requerem emissão de Abio.

1. *O Guia para Elaboração do PMAVE define Equipe Técnica e Técnico Embarcado Responsável (TER) como categorias diferentes. Entretanto, a IN 8 de 14 de julho de 2017, não contempla a categoria dos TERs. Como devemos lidar com esta categoria?*
O TER é uma figura específica do Pmave. Trata-se de um profissional não especializado que atua no Projeto por oportunidade, devido as condições peculiares da atividade. Desta forma, frente a nova regulamentação, entendemos que a figura do TER continua existente e válida, porém não há necessidade de inclusão destes profissionais na Relação da Equipe Técnica (RET).
2. *Ainda serão aceitas as cartas de aceite originais escaneadas?* Sim.
3. *O que é considerado aptidão técnica e como realizar sua comprovação?* Formação e experiência profissional na atividade a ser exercida. A comprovação é feita através do Curriculum Lattes (que não precisa ser encaminhado se indicado o endereço para acesso).
4. *No artigo 5º, Item III, há menção à declaração de regularidade da Equipe Técnica. Essa declaração pode ser o comprovante de inscrição no CTF?* A declaração é a própria RET, conforme modelo apresentado no Anexo II da IN e disponível no site do Ibama. Não se faz mais necessária a apresentação do CTF ou quaisquer outros documentos comprobatórios referentes aos integrantes da equipe técnica. A exigência permanece, porém, para o empreendedor, a empresa consultora e o Responsável Técnico.
5. *Tratadores não possuem curso superior em áreas relacionadas, comumente possuem segundo grau completo. Eles não podem integrar a ABIO?* Pela lógica da nova Abio, todas as atividades realizadas no Projeto/Programa Ambiental devem ser ao menos supervisionadas presencialmente por profissionais aptos e qualificados, que devem ser incluídos na RET e ser responsáveis pelas atividades executadas pelos demais profissionais. No caso específico dos tratadores, o Médico Veterinário responsável pela instalação veterinária cumpria essa função.

Havendo outras dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Leandro Perrier de Faria Valentim
Analista Ambiental
Coordenação Geral de Petróleo e Gás
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Ibama

Pça. XV de Novembro nº 42 - 9º andar, Centro
20.010-010, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 21 30774270
Fax: 2130774265

ANEXO 2

CTF do empreendedor e dos Responsáveis pela Equipe Técnica – Item 1.11

(1) Empreendedor.

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR 			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
14685	10/09/2024	10/09/2024	10/12/2024
Dados básicos:			
CNPJ: 02.857.854/0001-14			
Razão Social: 3R OFFSHORE S.A			
Nome fantasia: 3R OFFSHORE S.A			
Data de abertura: 18/11/1998			
Endereço:			
Logradouro: PRAÇA DE BOTAFOGO			
N.º: 186		Complemento: 1301, 1401 E 1501	
Bairro: BOTAFOGO		Município: RIO DE JANEIRO	
CEP: 22250-145		UF: RJ	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
1-5	Perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural		
<p>Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.</p> <p>O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.</p>			
Chave de autenticação		KU9CM86VLAV1G3FL	

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
342861	16/07/2024	16/07/2024	16/10/2024
Dados básicos:			
CPF: 022.090.097-31			
Nome: GLORIA MARIA DOS SANTOS MARINS			
Endereço:			
Logradouro: AVENIDA MAL. FONTENELLE			
N.º: 4311		Complemento: RUA 01 CASA 28	
Bairro: JARDIM SULACAP		Município: RIO DE JANEIRO	
CEP: 21750-000		UF: RJ	
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA			
Código CDO	Ocupação	Área de Atividade	
2134-05	Geólogo	Explorar recursos vivos (pescado, algas e fitoplâncton) e não vivos-minerais (rochas, água, combustíveis fósseis)	
2134-05	Geólogo	Gerir atividades de proteção, conservação e reabilitação ambiental	
2134-05	Geólogo	Prestar assessoria e consultoria	
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.			
A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.			
O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.			
Chave de autenticação		6VBG6HT3ZKA9M4D5	

(2) Responsável pela Equipe Técnica.

 Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR			
Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
2984916	16/07/2024	16/07/2024	16/10/2024
Dados básicos:			
CPF: 195.315.808-04			
Nome: VALERIA RUOPPOLO			
Endereço:			
Logradouro: AV. BENEDITO FERREIRA SILVA			
N.º: 472		Complemento:	
Bairro: INTERLAGOS		Município: SAO PAULO	
CEP: 04786-000		UF: SP	
Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP			
Código	Descrição		
21-59	Manejo de fauna sinantrópica nociva - Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006		
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.			
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA			
Código CBO	Ocupação	Área de Atividade	
2233-05	Médico Veterinário	Atuar na preservação ambiental	
2233-05	Médico Veterinário	Contribuir para o bem-estar animal	
2233-05	Médico Veterinário	Elaborar laudos, pareceres e atestados	
Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.			
A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.			
O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.			
O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.			
Chave de autenticação		LRX7R2L188LPNYIX	

ANEXO 3

Declaração de vigência do contrato – Item 2.1



Praia Grande, 18 de setembro de 2024.

DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

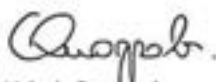
À Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros – CGMAC/DIUC/IBAMA

Prezados,

A Aiuká Consultoria em Soluções Ambientais, CNPJ 11628466/0001-52, declara o compromisso de responder durante o período de vigência do contrato firmado com a 3R Petroleum Offshore S.A., CNPJ 02.857.854/0001-14, atualmente nominada "Brava Energia", ou seja, de 23 de novembro de 2021 a 23 de novembro de 2024, aos acionamentos referentes ao Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE) provenientes das Atividades de Produção e Escoamento dos Campos de Peroá e Congoá, Bacia do Espírito Santo (Processo nº 02001.003816/97-16).

Fico à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,



Valeria Ruoppolo

Diretora

aiuka.com.br

ANEXO 4

Anuência afugentamento de avifauna na Unidade Marítima 3R-1 – Item 2.7

(1) SEI N° 13838506, Parecer Técnico n° 452/2022- Coprod/CGMac/Dilic.

13/10/2022 11:03

SEI/IBAMA - 13838506 - Parecer Técnico



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS OFFSHORE
Praça XV Novembro, 42, 12º andar - Rio de Janeiro - CEP 20.010-010

Parecer Técnico n° 452/2022-Coprod/CGMac/Dilic

Número do Processo: 02001.003816/97-16

Empreendimento: Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE) do Sistema de Produção e Escoamento de Gás dos Campos de Congoá e Peroá - Bacia do Espírito Santo

Interessado: 3R PETROLEUM OFFSHORE S.A.

Assunto/Resumo: Anuência afugentamento de avifauna na Unidade Marítima 3R-1

1. INTRODUÇÃO

Por meio da carta 3R-SMS-2022-111 (SEI 13463754), de 26.8.2022, a 3R Petroleum encaminhou a solicitação de anuência para execução das medidas de afugentamento de avifauna na Unidade Marítima 3R-1, durante a execução do Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE-Peroá/Congoá). Este Parecer examina as informações protocoladas com vistas a subsidiar a decisão sobre a concessão de anuência para o Projeto.

2. HISTÓRICO

A atualmente denominada plataforma 3R-1 opera no Campo de Peroá, na Bacia do Espírito Santo, desde 2006. Devido a intensa utilização da unidade pela avifauna marinha, especialmente por indivíduos da espécie *Sula dactylatra* (atobá grande), e aos riscos acarretados à segurança das operações aéreas, em 2020 tiveram início os primeiros testes de afugentamento das aves na unidade marítima utilizando o dispositivo sonoro Hyperspike HS-18. Os primeiros testes não obtiveram resultado efetivo na dissuasão do pouso dos animais, conforme apontado no Parecer Técnico n° 221/2021-COPROD/CGMAC/DILIC (SEI 10190819), de 18.6.2021.

Nova proposta para instalação de equipamentos e testes de afugentamento foram apresentadas ao IBAMA. O plano previa a utilização de uma combinação de medidas, como a instalação de um dispositivo de laser, outro sonoro com estímulos audíveis e sonoro com estímulos ultrassônicos e o uso combinado dos diferentes dispositivos. A anuência para execução dos testes foi concedida por intermédio do Ofício n° 341/2021/COPROD/CGMAC/DILIC (SEI 10448761), emitido em 22.7.2021.

O resultado final dos testes de afugentamento das aves marinhas foi encaminhado junto a carta SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGP 0245/2022 (SEI 12839484), de 10.6.2022. O Parecer Técnico n° 350/2022-Coprod/CGMac/Dilic (SEI 13226944), de 29.7.2022, analisou as informações apresentadas e concluiu resumidamente que: (1) o afugentamento por laser foi considerado uma estratégia segura e eficaz em

file:///Z:/_PARECERES TÉCNICOS/3R Petroleum/2022/Parecer_Tecnico_13838506.html

1/3

13/10/2022 11:03

SEI/IBAMA - 13838506 - Parecer Técnico

grandes áreas planas, como helideques e conveses; (2) foi identificado resultado positivo no afugentamento por sons audíveis, especialmente quando combinado a emissão laser e (3) os testes com emissão de ultrassons foram contraproducentes e a metodologia foi contraindicada. O Parecer destacou ainda a capacidade de habituação das aves quanto aos estímulos desagradáveis, e solicitou a execução de reavaliações periódicas das estratégias de dissuasão de pouso nas plataformas desabitadas em atividade na Bacia do Espírito Santo.

Devido a conclusão das análises do processo de solicitação de Transferência de Titularidade da Licença de Operação do Sistema de Produção dos Campos de Peroá e Congoá, em 1.8.2022 foi emitida a LO N° 1621/2022 (SEI 13218669), com validade até 30.6.2026. A LO estabeleceu na Condicionante 2.12 a necessidade de "Implementar o Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE) e apresentar relatórios de acompanhamento em conformidade com as orientações e diretrizes determinadas pelo IBAMA".

A Rev. 01 do PMAVE para as plataformas de Peroá e Congoá (SEI 13410226) foi analisada e aprovada pelo Parecer Técnico nº 390/2022-Coprod/CGMac/Dilic (SEI 13422809), de 22.8.2022, que recomendou a concessão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (Abio) n° 1396/2022 (SEI 13465898), válida até novembro de 2024.

Por meio da carta 3R-SMS-2022-111 (SEI 13463754), de 26.8.2022, a 3R solicitou anuência para uso contínuo do dispositivo laser Avix Autonomic Mark II e encaminhou para análise o plano de "Afugentamento de avifauna na Unidade Marítima 3R-1" (SEI 13463755).

O objetivo deste Parecer é examinar as informações protocoladas pela empresa, com vistas a subsidiar a decisão sobre a concessão de anuência para o Projeto.

3. ANÁLISE

Devido aos resultados positivos obtidos nos testes executados em 2021, a empresa apresentou como proposta para mitigação da aglomeração de aves marinhas na plataforma 3R-1 o plano contínuo de afugentamento por emissão de feixes de laser, com a instalação do dispositivo AVIX Autonomic Mark II e o monitoramento periódico para acompanhamento da eficiência da medida.

A proposta analisada se justificou pela necessidade da instalação e utilização contínua de feixes de laser emitidos no helideque da unidade como forma de desestímulo ao comportamento de pouso e aglomeração dos atobás grandes, intensificado ao anoitecer e mantido no período noturno.

A empresa ratificou, no plano proposto, a segurança do equipamento quanto a ausência de risco para causar lesões oculares e na pele das aves pousadas na superfície do helideque. Cabe destacar que é imprescindível que o alcance do feixe luminoso se restrinja, exclusivamente, ao piso do helideque e que o feixe laser emitido não impacte a fauna marinha adjacente, tanto no mar quanto sobrevoando a plataforma, especialmente espécies migratórias.

A metodologia proposta prevê que o local de instalação, na margem oeste do helideque, e a programação do equipamento sejam as mesmas utilizadas no período de testes de forma que "o dispositivo consiga projetar feixes de laser por toda a superfície do helideck, respeitando os limites da Área de Aproximação Final e Decolagem (AAFD)" das aeronaves (pág. 6).

Por se tratar de uma plataforma desabitada, a efetividade da medida será mensurada a partir da verificação de imagens fotográficas e filmagens. Registros contínuos possibilitarão a contagem e o acompanhamento do comportamento das aves no helideque, com e sem a utilização do dispositivo. Serão analisadas as imagens obtidas em dois dias por semana, totalizando 96 dias em um ano. Ressalta-se que, a partir do resultado dos testes realizados em 2021, condições meteoceanográficas adversas, como fortes ventos horizontais, apresentaram correlação linear negativa com o número de aves registradas sobre todas as áreas da plataforma. Assim, solicita-se que parâmetros meteoceanográficos sejam obtidos na data das observações e correlacionados durante a análise das imagens.

13/10/2022 11:03

SEI/IBAMA - 13838506 - Parecer Técnico

Finalmente, a proposta em tela prevê que os resultados obtidos com os testes de afugentamento sejam apresentados em conjunto ao Relatório Anual PMAVE-Peroá/Cangoá. Assim, destaca-se que, além do relatório anual, a empresa deverá atender as diretrizes estabelecidas pelo OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2022/CGMAC/DIUC (SEI 13122472), emitido em 18.7.2022, quanto ao modelo oficial de planilha que deverá ser apresentado junto aos relatórios de acompanhamento do PMAVE, além das instruções para seu envio ao endereço eletrônico luiz-augusto.costa@ibama.gov.br.

4. CONCLUSÃO

A análise da documentação apresentada, referente a solicitação de anuência para execução das medidas adicionais a execução do PMAVE-Peroá/Cangoá, correlacionadas ao afugentamento da avifauna na Unidade Marítima 3R-1, foi considerada satisfatória.

Desta forma, está autorizada a instalação do dispositivo AVIX Autonomic Mark II no helideque da plataforma 3R-1 e seu uso contínuo como ferramenta de dissuasão do pouso de aves marinhas na unidade com objetivo de aumentar a segurança das operações aéreas, devendo a empresa atentar aos comentários que constam no item III. ANÁLISE deste Parecer.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA CAVALCANTE DA CRUZ**, Analista Ambiental, em 07/10/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **13838506** e o código CRC **B9F5DE3D**.

Referência: Processo nº 02001.003816/97-16

SEI nº 13838506